



GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UFJF



Setembro - 2025



NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO

CONTATO

TELEFONE:
32 2102-3944

SITE:
www2.ufjf.br/nai/

EMAIL:
acompanhamentoacademico.nai@ufjf.br

Reitora

Profa. Dra. Girlene Alves da Silva

Vice-Reitor

Dr. Telmo Mota Ronzani

Diretora de Ações Afirmativas

Profa. Dra. Danielle Telles da Cruz

Coordenadora do NAI

Profa. Dra. Aline Garcia Roderio Takahira

Elaborado pela equipe de acompanhamento acadêmico pedagógico do NAI – DIAAF/UFJF

Dra. Carolina Detoni Marques Vieira Coutinho

Dr. Delmar Teixeira Gomes

Dra. Márcia Helena Fávero de Souza

Ms. Patrícia Sá de Almeida Tavella

Dra. Perola Fatima Valente Simpson Viamonte



NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO

CONTATO

TELEFONE:
32 2102-3944

SITE:
www2.ufjf.br/nai/

EMAIL:
acompanhamentoacademico.nai@ufjf.br

SUMÁRIO

Apresentação	03
Orientações Gerais	04
Deficiência Física	06
Cegueira e Baixa Visão	08
Surdez	10
Deficiência Auditiva.....	12
Deficiência Intelectual	14
Transtorno do Espectro Autista	16
Altas Habilidades.....	18
Referências.....	20



NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO

CONTATO

TELEFONE:
32 2102-3944

SITE:
www2.ufjf.br/nai/

EMAIL:
acompanhamentoacademico.nai@ufjf.br

APRESENTAÇÃO

Este guia tem por objetivo principal oferecer às (aos) docentes orientações que possibilitem antecipar e lidar adequadamente com questões relacionadas às condições específicas dos (as) estudantes com deficiência, altas habilidades e transtorno do espectro autista (TEA), respeitando suas particularidades e promovendo uma inclusão efetiva no ambiente acadêmico. E ainda:

- Garantir o acesso do(a) estudante com deficiência às aulas e atividades acadêmicas;
- Promover sua permanência ao longo do curso;
- Assegurar sua participação plena nas práticas pedagógicas, conforme suas necessidades específicas.

Este guia deve ser lido tendo em vista ser um trabalho em constante transformação.

ORIENTAÇÕES GERAIS

ORIENTAÇÕES GERAIS

Para favorecer práticas pedagógicas acessíveis e promover um ambiente acadêmico inclusivo, sugerimos as seguintes ações:

1. Estabelecimento de diálogo com o(a) estudante

- Procure o(a) estudante no início do semestre, apresente-se e demonstre disponibilidade para acolher suas demandas;
- Pergunte diretamente sobre suas necessidades específicas, considerando que cada disciplina possui características próprias que podem exigir diferentes formas de adaptação.

Reforçamos a importância de manter um diálogo constante entre docentes e estudantes como elemento fundamental para o sucesso do processo inclusivo.

2. Trabalhos em grupo e socialização

Proponha, sempre que possível, atividades em grupo ou em duplas, como forma de estimular a comunicação, a socialização e a autonomia do(a) estudante, respeitando a vontade individual de cada estudante em participar dessas dinâmicas.

Faz-se importante verificar se o(a) estudante com deficiência está inserido em grupos de atividades e trabalhos e, sempre que necessário, auxiliá-lo nessa inserção. Para tanto, recomendamos que a escolha dos grupos seja feita pelo(a) docente, de modo a não reforçar uma possível exclusão.

ORIENTAÇÕES GERAIS

3. Avaliações e atividades acessíveis

- Planeje e aplique atividades avaliativas acessíveis, respeitando as especificidades e as condições de cada estudante;
- Considere a diversificação das estratégias avaliativas, valorizando diferentes formas de expressão e aprendizagem;
- Tenha em mente que, segundo os princípios do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem), as estratégias didáticas devem beneficiar todos os estudantes, não apenas aqueles com deficiência;
- Evite mencionar publicamente que determinada atividade foi adaptada exclusivamente para um(a) estudante, a fim de preservar sua privacidade e evitar exposição.

4. Flexibilização de prazos

Sempre que necessário, considere o direito de dilatação dos prazos para entrega de atividades acadêmicas e realização de avaliações, conforme previsto em políticas institucionais de acessibilidade.

DEFICIÊNCIA FÍSICA



O que é?

A deficiência física é caracterizada por uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, resultando no comprometimento da função física. Pode manifestar-se de diversas formas, entre as quais se destacam: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, além de deformidades congênicas ou adquiridas dos membros.

Não se enquadram nessa definição as deformidades exclusivamente estéticas ou aquelas que não implicam prejuízos no desempenho de funções físicas (BRASIL, 2004).

Para garantir a acessibilidade e promover a participação plena dos estudantes com deficiência física nas atividades presenciais, é fundamental adotar algumas medidas de organização do espaço físico e de práticas pedagógicas adaptadas.

DEFICIÊNCIA FÍSICA



1. Acessibilidade do ambiente físico

De acordo com as diretrizes de acessibilidade (BRASIL, 2006; GESSER; NUERNBERG, 2017), recomenda-se:

- Priorizar a alocação da sala de aula em andares térreos sempre que possível;
- Assegurar a presença de rampas ou elevadores de acesso;
- Garantir portas largas que permitam a passagem de cadeiras de rodas;
- Manter espaço suficiente entre as carteiras, permitindo a circulação da pessoa com deficiência e, quando necessário, a utilização de carteiras adaptadas.
- Além das adaptações físicas, é importante considerar aspectos comportamentais e pedagógicos:

2. Práticas pedagógicas e interações em sala

- Permitir a gravação das aulas, considerando possíveis dificuldades do(a) estudante em realizar anotações durante as explicações;
- Evitar posicionar-se atrás da cadeira de rodas durante a comunicação. Esse posicionamento pode ser desconfortável ou inviável para estudantes que não possuem mobilidade no pescoço, procurando sempre manter-se visível e em frente ao estudante;
- Verificar previamente as condições de acessibilidade de outros espaços da instituição ou locais externos onde aulas, visitas técnicas ou atividades complementares serão realizadas.

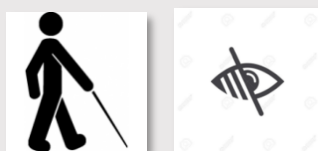
3. Apoio institucional

Sempre que necessário, entre em contato com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) para solicitar apoio da equipe de profissionais e bolsistas. Esses profissionais podem atuar, por exemplo, como letores e transcritores.

Observação importante: A solicitação desses apoios deverá ser realizada, por e-mail, com antecedência mínima de **cinco dias úteis**, a fim de viabilizar a organização adequada do atendimento.

e-mail: acompanhamentoacademico.nai@ufjf.br

CEGUEIRA E BAIXA VISÃO



O que é?

A deficiência visual pode se manifestar sob duas formas principais: cegueira e baixa visão, conforme definição legal (BRASIL, 2004).

Cegueira

A **cegueira** é caracterizada por acuidade visual igual ou inferior a 0,05 no melhor olho, mesmo com a melhor correção óptica disponível, o que equivale a dizer que a pessoa com deficiência consegue enxergar a 6 metros o que uma pessoa com visão normal enxerga a uma distância de 120 metros, por exemplo.

Baixa Visão

A **baixa visão**, por sua vez, refere-se a uma condição em que a acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica ou a soma do campo visual dos dois olhos é igual ou inferior a 60 graus. Uma outra condição é que haja a ocorrência simultânea de quaisquer das condições acima.

CEGUEIRA E BAIXA VISÃO



1 - Conhecimento sobre tecnologias assistivas utilizadas pelo estudante

É fundamental que o(a) docente procure conhecer os recursos e tecnologias utilizados pelo(a) estudante com deficiência, a fim de adaptar sua metodologia e favorecer sua participação e aprendizagem de forma mais efetiva.

2- Apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

Sempre que necessário, busque o apoio do NAI com antecedência mínima de cinco dias úteis, para solicitar a colaboração de profissionais e bolsistas em atividades como leitura e transcrição de provas e textos, descrição de informações visuais (em aulas, provas, apresentações etc.) ou adaptação de materiais.

3 -Seleção de materiais didáticos acessíveis

Faz-se de fundamental importância a atenção quanto à utilização de recursos audiovisuais.

Ao escolher livros, artigos e outros recursos didáticos, priorize os que estejam disponíveis em **formatos acessíveis, como .txt, .doc/.docx (Word) e .pdf** acessível, garantindo que sejam compatíveis com leitores de tela amplamente utilizados.

4 - Descrição de elementos visuais

Durante as aulas e interações, sempre descreva oralmente os elementos visuais exibidos (imagens, gráficos, gestos, expressões, entre outros) para garantir a plena compreensão por parte de estudantes com deficiência visual.

5 - Escolha de fontes e legibilidade

Evite o uso de fontes com caracteres ambíguos. Por exemplo, o "l" maiúsculo e o "1" minúsculo podem parecer idênticos em algumas fontes.

As Fontes como **Tahoma e Verdana** são recomendadas por apresentarem maior distinção entre os caracteres e boa legibilidade, conforme contrastes abaixo.



6 - Acessibilidade para estudantes com baixa visão

Utilize fontes "limpas" e uso de contrastes adequados, com tamanho entre 16 e 32 pontos, dependendo da necessidade, conforme exemplo abaixo. Mantenha contraste adequado entre texto e fundo para facilitar a leitura. Evite o uso excessivo de itálico, sublinhado e fontes decorativas.

SURDEZ



O que é?

O termo “surdo” é definido juridicamente pelo Decreto 5.626/2005 (que regulamenta a Lei 10.436/2002), da seguinte maneira: pessoa surda é “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Ou seja, o estudante surdo é aquele que se desenvolve cognitivamente e socialmente com o uso da Libras.

SURDEZ



1. Valorização da Libras como primeira língua

- O estudante surdo tem como primeira língua a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, muitas vezes, não domina plenamente a língua portuguesa;

2. Clareza na linguagem e nos enunciados

- Durante as aulas, atividades e avaliações, utilize enunciados claros, objetivos e com uso de sinônimos, evitando construções complexas; textos mais simples favorecem a compreensão não apenas por parte dos estudantes surdos, mas de todos os estudantes;
- Considere que, ao acompanhar a tradução do conteúdo pelo intérprete, o estudante surdo pode ter dificuldade em realizar anotações simultâneas. Por isso, disponibilize resumos e materiais previamente organizados.

3. Utilização de recursos visuais e apoio textual

- Ofereça recursos visuais significativos e representativos dos conteúdos abordados, como imagens, esquemas, gráficos, vídeos legendados, infográficos, entre outros;
- Forneça resumos textuais organizados previamente pelo próprio professor ou por um colaborador. Essa prática é essencial, visto que o estudante surdo estará focado na interpretação realizada pelo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), o que dificulta a realização de anotações próprias durante a aula.

4. Garantia da expressão em Língua Brasileira de Sinais (Libras)

- Favoreça um ambiente acolhedor e respeitoso, no qual o(a) estudante surdo(a) possa se expressar livremente em sua própria língua (Libras);
- A presença do TILS é fundamental para garantir a mediação linguística entre Libras e a Língua Portuguesa, permitindo a comunicação fluida entre o estudante, o docente e os colegas de turma;
- Dê espaço e tempo adequados para a interpretação do conteúdo em sala, evitando sobreposição de falas ou transições rápidas de assunto sem que o intérprete possa concluir a interpretação.

5. Materiais didáticos acessíveis

- Sempre que possível, prepare materiais que estejam traduzidos ou interpretados em Libras; possuam legendas em português, especialmente no caso de vídeos ou conteúdos audiovisuais;
- Lembre-se de que Libras não substitui os textos escritos, nem os textos substituem Libras. Assim, a presença de ambas as línguas é essencial no processo de ensino-aprendizagem;
- Utilize recursos visuais significativos, como imagens, esquemas, infográficos e vídeos, que possam facilitar a compreensão do conteúdo.

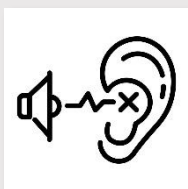
6. Tempo e ritmo da aula

- Respeite o tempo necessário para que o TILS realize a interpretação;
- Evite falar de forma acelerada ou apresentar conteúdos simultâneos demais sem pausas, garantindo que o estudante consiga acompanhar a tradução com qualidade.

7. Apoio do NAI

Para orientações específicas, adaptações de material ou acompanhamento, entre em contato com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) **com antecedência mínima de três dias úteis.**

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

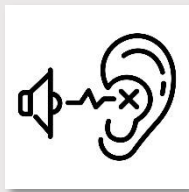


O que é?

Nos termos da legislação vigente, a deficiência auditiva é definida como a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por meio de audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

Nesse contexto, é importante destacar que os termos “surdez” e “deficiência auditiva” não são sinônimos. A deficiência auditiva, conforme conceituada legalmente, não implica, necessariamente, o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação. Assim, a pessoa com deficiência auditiva pode optar por utilizar outros recursos comunicacionais, como a leitura labial, entre outros, de acordo com suas preferências e necessidades.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA



Estratégias para Acessibilidade

Nas aulas destinadas a estudantes com deficiência auditiva, é fundamental que professores e professoras adotem estratégias didáticas que favoreçam a acessibilidade e a compreensão dos conteúdos. Entre essas estratégias, destacam-se:

- Falar de forma mais pausada e clara, repetindo as informações mais relevantes, de modo a facilitar a leitura labial e a compreensão geral do conteúdo;
- Disponibilizar recursos visuais significativos e representativos dos temas abordados, bem como resumos textuais e materiais previamente organizados;
- Conceder tempo adicional para que o estudante possa realizar suas anotações com tranquilidade, considerando que a leitura labial pode demandar atenção visual constante e dificultar a escrita simultânea;
- Disponibilizar, sempre que possível, o conteúdo em formato escrito, a fim de reforçar a compreensão das informações transmitidas oralmente;
- Priorizar a localização do estudante em assentos mais na frente da sala de aula, facilitando sua visualização dos interlocutores e dos materiais apresentados, bem como posicionar-se de frente para o estudante.

Essas medidas contribuem significativamente para a inclusão, o aprendizado e o desenvolvimento pleno dos(as) estudantes com deficiência auditiva no ambiente escolar.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL



O QUE É?

A Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD) define a deficiência intelectual como a ocorrência de “limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, manifestadas nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas”.

Essa definição destaca que a deficiência intelectual não se restringe apenas ao desempenho cognitivo, mas envolve também as dificuldades em lidar com as demandas do cotidiano, que exigem habilidades sociais, de comunicação, autocuidado, entre outras capacidades fundamentais para a vida em sociedade.

Estratégias para Acessibilidade

1. Acompanhamento Individualizado

Dispor de momentos regulares de orientação individual, voltados às especificidades do ensino superior.

Agendar monitorias e plantões de dúvidas com enfoque personalizado. Manter acompanhamento constante, identificando as potencialidades do estudante e valorizando seus interesses acadêmicos.

2. Planejamento e Avaliação Sistemática

- Elaborar mecanismos sistematizados de acompanhamento e verificação da aprendizagem.
- Registrar progressos e dificuldades para subsidiar intervenções pedagógicas mais eficazes.
- Organizar sequências didáticas com objetivos claros, conteúdos graduais e metodologias acessíveis.

3. Apoio à Compreensão Leitora e Escrita

- Ler os textos junto com o estudante, em voz alta, realizando pausas para explicações curtas e contextualizadas.
- Estimular a compreensão leitora como forma de potencializar a escrita, a argumentação e a participação em aula.
- Utilizar enunciados curtos, objetivos e diretos, evitando o uso de metáforas ou expressões ambíguas. Quando forem necessárias, verificar se houve compreensão.

4. Participação em Atividades e Interações

- Estimular o envolvimento do estudante em trabalhos individuais e em grupo. Oferecer apoio, quando necessário, por meio da mediação do professor ou de colegas mais experientes.
- Promover um ambiente colaborativo que favoreça a socialização e a troca de saberes.

5. Diversificação de Recursos e Metodologias

- Utilizar recursos metodológicos alternativos (orais, visuais, práticos) que permitam ao estudante se expressar além da escrita tradicional.
- Incluir atividades de visualização, como vídeos, filmes, documentários e clipes, que contribuam para a contextualização e compreensão dos conceitos abordados. Relacionar os conteúdos acadêmicos a fatos e situações da vida cotidiana, favorecendo a aprendizagem significativa.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA



O que é?

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por um déficit persistente e significativo no desenvolvimento da comunicação e da interação social, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades (BRASIL, 2012).

De modo geral, o TEA é um transtorno comportamental que afeta, principalmente, três áreas fundamentais do desenvolvimento: linguagem, comunicação e interação social.

Estudantes com TEA podem apresentar dificuldades em lidar com mudanças inesperadas, ambientes imprevisíveis ou situações que fogem da rotina previamente estabelecida. Por isso, é essencial que os(as) docentes adotem estratégias pedagógicas que favoreçam a previsibilidade e a organização no ambiente acadêmico.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA



1. Organização e previsibilidade

- Evite práticas que envolvam sorteios, atividades surpresa ou mudanças bruscas de rotina;
- Sempre que possível, envie previamente o cronograma da disciplina, com datas de avaliações, entregas e conteúdos;
- Ofereça orientações claras e objetivas quanto ao uso de materiais, leitura prévia e recursos de apoio;
- No início de cada aula, apresente a rotina do encontro, destacando as atividades que serão realizadas e o tempo estimado para cada uma.

2. Comunicação e acessibilidade didática

Estimule o interesse e apresente os conteúdos em múltiplos formatos, como:

- Textos escritos
- Apresentações visuais;
- Recursos audiovisuais;
- Atividades práticas.

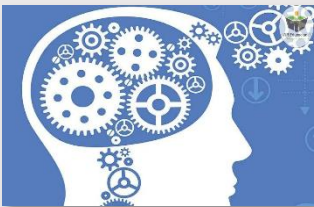
Permita e incentive formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, como:

- Mapas conceituais;
- Apresentações visuais com palavras-chave;
- Representações por meio de imagens ou gráficos, especialmente em conteúdos mais abstratos;
- Utilizar enunciados curtos, objetivos e diretos, evitando o uso de metáforas ou expressões ambíguas. Quando forem necessárias, verificar se houve compreensão.

3. Ambiência e acolhimento sensorial

Alguns estudantes com TEA podem utilizar dispositivos de autorregulação sensorial, como fones com abafadores de ruído. Esses recursos devem ser respeitados e compreendidos como ferramentas de apoio à concentração e ao bem-estar.

ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO



O que é?

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), os estudantes com altas habilidades/superdotação são aqueles que demonstram potencial elevado em uma ou mais das seguintes áreas, de forma isolada ou combinada: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Além dessas habilidades, esses estudantes geralmente apresentam elevada criatividade, grande envolvimento com a aprendizagem e destacam-se pela realização de tarefas com profundidade e autonomia, especialmente nas áreas de seu interesse.

ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO



1. Estimular, Motivar e Adequar Propostas de Aprendizagem

- Propor atividades desafiadoras e significativas, que ultrapassem o conteúdo padrão. Adaptar as propostas pedagógicas às áreas de interesse e aos estilos de aprendizagem do estudante.
- Estimular a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico por meio de metodologias ativas.

2. Propostas para Enriquecimento Curricular

- Suplementar, aprofundar e ampliar os conteúdos acadêmicos em espaços diversos, inclusive fora da sala de aula.
- Estimular a participação em programas de iniciação científica e em grupos de pesquisa.
- Permitir que o estudante curse disciplinas optativas de outras grades curriculares ou cursos, de acordo com seus interesses.
- Ofertar oportunidades de estágios extracurriculares em áreas relacionadas às suas aptidões e vocações.
- Incentivar a participação e a organização de atividades culturais, artísticas, esportivas e científicas.
- Estimular o envolvimento na elaboração e execução de projetos de extensão, seminários, congressos e conferências acadêmicas.

3. Metodologias de Ensino e Pesquisa

- Desenvolver metodologias interdisciplinares que promovam a resolução de problemas e desafios complexos.
- Promover atividades de pesquisa com uso de acervos digitais, incentivando a investigação e a construção do conhecimento.
- Criar situações diversas que favoreçam o exercício das competências do pensamento criativo, tanto em contextos individuais quanto coletivos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; SANTIAGO, Mylene Cristina; MOREIRA, Isadora Matos; MELO, Ana Berenice Resende (Org.). **Orientações para acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino remoto emergencial (ERE)**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nai/2020/09/08/guia-de-orientacoes-para-acessibilidade-de-estudantes-com-deficiencia-no-ensino-remoto-emergencial-ere>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

PLETSCH, Márcia Denise et al. **Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2020. 88 p.

NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO

CONTATO

TELEFONE:
32 2102-3944

SITE:
www2.ufjf.br/nai/

EMAIL:
acompanhamentoacademico.nai@ufjf.br